

CAPÍTULO 4

A CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NA SOCIEDADE PATRIARCAL: ENTRE ESTRUTURAS E DISCURSOS

Ana Caroline Montezano Gonsales Jardim¹

Resumo: O presente texto propõe uma discussão teórico-conceitual acerca de categorias sobre gênero e relações de gênero no contexto do patriarcado. Em sua construção, busca articular e apresentar uma perspectiva interdisciplinar. A discussão fundamenta-se nas contribuições teóricas de autores como Friedrich Engels, Joan Scott, Judith Butler e Pierre Bourdieu, evidenciando a complementaridade entre dimensões estruturais e simbólicas na manutenção das desigualdades de gênero.

Palavras-chaves: Gênero, relações de gênero, patriarcado, feminismos.

INTRODUÇÃO

Entre as diversas relações sociais opressivas que caracterizam o tempo presente, destacam-se as relações de gênero, tendo em vista que sua construção em contexto de hierarquização, tende a ser elemento de naturalização de desigualdades socialmente construídas. Essas relações se manifestam, em particular, na experiência das mulheres em contextos de dominação masculina (Bourdieu, 2012). Na sociedade contemporânea, os processos opressivos — produzidos no e pelo sistema econômico vigente — permeiam as relações sociais de subordinação, pelas quais determinados grupos se beneficiam em detrimento de outros. Diante dessa realidade, Joan Scott (1995) alerta para a importância de desenvolver uma atenção crítica e constante vigilância sobre os sistemas que atribuem significado ao gênero, pois é por meio deles que se articulam as regras que regem as relações sociais.

¹ Assistente Social, Mestre e Doutora em Serviço Social (PUCRS). Professora do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas/RS.
E-mail: ana.jardim@ucpel.edu.br

Considerando a premissa da autora de que as sociedades utilizam o gênero para estruturar suas relações, é fundamental destacar que, a hierarquização sexista instrumentalizou as diferenças para (re)produzir desigualdades sociais. Deste modo, no item 2, *Diferença e desigualdade: as mulheres e o feminino sob o controle do patriarcado*, são apresentados elementos teóricos e conceituais acerca da construção histórica das desigualdades de gênero, evidenciando que sua compreensão não pode ser considerada como um fenômeno isolado ou natural. Isto porque, se trata de uma relação histórica, produzida e reproduzida cotidianamente, que se articula com outras formas de opressão — como as desigualdades de classe, raça e sexualidade —, compondo um sistema complexo de dominação e exclusão. No item 3, *Feminismos, gênero e relações de gênero na contemporaneidade*, são ilustradas categorias que possibilitam o entendimento de que os feminismos emergem como força política fundamental para a desconstrução das normas patriarcais e a construção de alternativas emancipadoras. Longe de constituírem um movimento homogêneo, os feminismos são múltiplos e diversos, expressando diferentes experiências e identidades. Essa pluralidade é uma de suas principais potências, pois permite a interlocução entre distintas formas de opressão e resistência, especialmente quando incorporam uma perspectiva interseccional que considera as articulações entre gênero, etnia/raça, classe social, geração e sexualidade. Por fim, são apresentadas as considerações finais e as referências bibliográficas utilizadas na construção do texto.

DIFERENÇA E DESIGUALDADE: AS MULHERES E O FEMININO SOB O CONTROLE DO PATRIARCADO

Os processos opressivos, em suas múltiplas dimensões — concretas e simbólicas —, não apenas atravessam, mas estruturam o pensamento e a produção de ideias na sociedade moderna. Trata-se de uma sociedade organizada a partir da construção social da diferença, especialmente no que se refere à divisão sexual do trabalho e à hierarquização dos papéis de gênero. Nesse contexto, a diferença entre os sexos é capturada como um dispositivo central de produção das desigualdades, transformando distinções em mecanismos de dominação e subordinação.

Isto porque,

Até meados do século XIX, a mulher (e é da mulher do povo que se fala), ainda dispõe de “poderes” sobre a família e sobre o cotidiano das massas por meio da palavra, o que permite afirmar que estava excluída do espaço político, mas não do espaço público. [...] Foi o discurso positivista da diferença entre os sexos, formulado em nome da ciência (da medicina e da biologia), que atribuiu e delimitou para cada sexo sua função, seus papéis, suas tarefas, seu lugar quase predeterminado até seus detalhes. (COLARES, 2011, p. 64).

Compreende-se que a distinção entre sexos e gêneros estruturou a organização das sociedades desde as mais primitivas até a contemporaneidade. Entretanto, essas diferenças nem sempre se traduziram em desigualdades nas relações entre as comunidades. Durante o período em que a sociedade se organizava economicamente a partir da coleta, as mulheres gozavam de uma representação distinta da subordinação contemporânea, devido a atributos associados ao feminino — como a fertilidade e a fecundidade — que eram valorizados pela dimensão sagrada atribuída à criação. Entretanto, conforme salienta Rosi Marie Muraro (2004, p. 16), “[...] agora elas são, por sua capacidade orgástica, as causadoras de todos os flagelos a essa mesma natureza”.

A capacidade de gerar vida era o principal aspecto que conferia visibilidade e prestígio às mulheres nas comunidades primitivas. Contudo, com o distanciamento das mulheres dessa “natureza instintiva” — seja por sua inserção em novos contextos sociais, seja pela desvalorização patriarcal de saberes historicamente associados ao feminino, as práticas sociais desempenhadas pelas mulheres passaram a ser percebidas como ameaça às relações hegemônicas de poder, transformando diferenças em desigualdades.

Em comunidades primitivas, as quais são citadas por Rose Marie Muraro (2004) na introdução ao clássico *Malleus Maleficarum*, quando

[...] as sociedades eram de coleta, as mulheres mantinham uma espécie de poder, mas diferente das culturas patriarcais. Essas culturas primitivas tinham de ser cooperativas para sobreviver em condições hostis, e, portanto, não havia coerção ou centralização, mas rodízio de lideranças, e as relações entre homens e mulheres eram mais fluidas do que viriam a ser nas futuras sociedades patriarcais. (MURARO, 2004, p. 6).

Portanto, nos períodos que precederam a formação do Estado, as mulheres ocupavam um espaço de atuação mais amplo, desempenhando diversas ativida-

des no âmbito comunitário. Contudo, com a consolidação dos Estados Nacionais e a centralização do poder, as mulheres foram progressivamente excluídas do domínio público, restringindo sua participação social e política.

Por conseguinte,

Quando o trabalho se valoriza como instrumento de transformação do mundo pelo homem, o trabalho da mulher passa a ser depreciado. Alijada concretamente de determinadas profissões, tece-se também uma ideologia de desvalorização da mulher que trabalha. (ALVES; PITANGUY, 2007, p. 26).

A desvalorização da mulher passou a ser percebida como um dado natural, resultado da assimilação do patriarcado e da transformação da diferença em desigualdade. Nesse sentido, Bourdieu (2012, p. 8) destaca o que denomina “transmutação do social em natural”, por meio de processos e práticas sociais responsáveis pela “[...] transformação da história em natureza, do arbitrário cultural em natural”. São essas transformações que ocultam a construção social e histórica da realidade, permitindo que o discurso essencialista e naturalizador das desigualdades vividas pelas mulheres seja legitimado.

Para elucidar as relações sociais de gênero no sistema capitalista, recorre-se às problematizações formuladas por Engels (1984) em sua obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, na qual o autor estabelece conexões entre diferentes esferas da vida social. A partir dessa análise, é possível compreender como o capital se articula às instituições que lhe são subservientes por meio de valores dominantes, que funcionam como mecanismos de controle social dos indivíduos.

Engels (1984) concebe a origem do patriarcado como um instrumento para a preservação da propriedade privada e das relações sociais capitalistas, apontando que, para garantir essa manutenção, foi instituído um modelo familiar específico: a família nuclear burguesa. Segundo o autor, a “evolução” da família consistiu em sua redução, passando da organização tribal/comunitária ao núcleo familiar, modelo que estruturava as relações interpessoais das elites, desconsiderando outras configurações. Nesse contexto, observa-se uma divisão de tarefas claramente definida, em que as mulheres são atribuídas funções específicas, sobretudo o casamento e a maternidade.

Especialmente porque,

[...] na família monogâmica, o homem é o centro do poder. A família é mais sólida, pois somente o homem pode encerrar o casamento. O homem tem o direito irrestrito de ser infiel e satisfazer sua libido. Portanto, apenas à mulher é imposta a monogamia. Foi a primeira forma de família que não se baseava em condições naturais, mas econômicas, concretamente no triunfo da propriedade privada sobre a propriedade comum primitiva, originada espontaneamente (ENGELS, 1984, p.70).

Ao problematizar a oposição entre homens e mulheres no que tange à dicotomia entre o público e o privado, Engels sustenta que a primeira divisão promovida pelo patriarcado reproduz, no âmbito das relações conjugais e familiares, o domínio masculino sobre a mulher. Esse fenômeno é classificado pelo autor como a “primeira divisão do trabalho”, que ocorre no interior do lar, atribuindo às mulheres exclusivamente as funções de procriação e educação dos filhos. Tal organização assegura aos homens, enquanto proprietários, um controle sobre o corpo das mulheres (PATEMAN, 1995). Entretanto, embora a família nuclear burguesa represente o ideal patriarcal, a história revela a existência de outras formas de organização familiar, especialmente entre grupos historicamente marginalizados e silenciados pela história oficial.

Sabemos por exemplo, que, na América Central, a família “matrifocal” é muito comum. Neste tipo de família, mãe e filhas adultas junto com os filhos destas, formam o eixo do grupo doméstico, tendo os “maridos” eventuais um papel secundário. (FONSECA, 2012, p. 524).

Tensionando tais problematizações, pode-se afirmar que, majoritariamente, as mulheres foram confinadas ao espaço privado — o lar. Essa configuração social foi, entre outros dispositivos, produzida por um discurso masculino e moralizante, que buscava persuadir as mulheres a assumirem sua “tarefa natural” de criação e educação dos filhos, em detrimento de sua participação efetiva na sociedade e nos espaços decisórios.

Nesse mesmo contexto de formação do patriarcado, “[o] discurso médico vai de par com o discurso religioso. A medicina, neste momento, passa a instaurar-se como uma instituição masculina que advoga o monopólio do saber e do poder de cura” (ALVES; PITANGUY, 2007, p. 22). Essa mudança ocorreu sobretudo pela intolerância às práticas femininas, que envolviam o manejo de ervas

medicinais e a realização de partos — atividades que tradicionalmente constituíam o cuidado e a referência em saúde da população.

Conseqüentemente, as primeiras mulheres perseguidas e condenadas — seja no Brasil, na América Latina ou na Europa — foram aquelas acusadas de transgredir o ordenamento moral vigente. Durante os períodos inquisitoriais, muitas mulheres que desempenhavam funções ligadas ao cuidado, ao manejo de ervas e às benzeduras foram alvo da Igreja Católica e do Santo Ofício.

Desde a antiguidade mais remota, as mulheres atuavam como curadoras populares e parteiras, detendo saberes próprios transmitidos de geração em geração. Em várias tribos primitivas, eram consideradas xamãs. Na Idade Média, seu conhecimento se aprofundou, sobretudo entre as mulheres camponesas pobres, que não tinham acesso a cuidados médicos formais e dependiam dessas curadoras para tratar da saúde comunitária. “Elas (as curadoras) eram as cultivadoras ancestrais das ervas que devolviam a saúde, e também as melhores anatomistas do seu tempo. Eram as parteiras que viajavam de casa em casa, de aldeia em aldeia, e as médicas populares para todas as doenças” (MURARO, 2004, p. 14).

Observa-se, assim, que havia uma clara divisão do trabalho: as mulheres eram responsáveis pelo cuidado das doenças e pelo cuidado geral dispensado a outras mulheres — ainda que isso ocorresse no espaço privado. Contudo, esse trabalho não era desvalorizado, tampouco gerava desigualdade em torno da diferença, como ocorreu posteriormente com o advento da modernidade. As curandeiras e xamãs gozavam de prestígio dentro da comunidade e exerciam liderança, inclusive sobre os camponeses, protagonizando importantes movimentos de resistência contra o poder feudal.

Com a ascensão da racionalidade moderna e do discurso científico, tais práticas foram colonizadas e apropriadas pela medicina institucionalizada, que passou a monopolizar o saber sobre o corpo e a saúde. Dessa forma, os homens se especializaram na medicina formal, excluindo o saber popular feminino e conferindo aos especialistas um poder legítimo sobre o corpo feminino.

A naturalidade e a intimidade com que tratavam a doença, a cura, o nascimento e a morte tornavam-nas perigosas e malditas. Com a acusação de curandeirismo, eram duplamente atacadas: por serem mulheres e por possuírem um saber que escapava ao controle da medicina e da igreja. (DEL PRIORI, 2012, p. 109).

Ademais, com a ascensão da medicina enquanto instituição científica, o trabalho tradicionalmente exercido pelas mulheres passou a ser criminalizado, uma vez que tais práticas passaram a ser interpretadas como formas de poder sobre as comunidades — poder este que não poderia mais ser legitimado ou exercido pelas mulheres.

Paralelamente, enquanto a medicina científica retirava das mulheres determinadas funções, ela desenvolvia um saber-poder específico sobre o corpo feminino, marcado por um olhar moralizante e pelo viés do pecado. Esse saber institucionalizado fixava as mulheres em atividades restritas à reprodução, valendo-se do discurso científico para naturalizar desigualdades que, na verdade, são socialmente construídas.

O discurso científico produzido acerca das mulheres caracterizou-se pela elaboração de práticas discursivas específicas, visto que as formações discursivas no campo médico passaram a integrar as práticas destinadas à saúde feminina, bem como as categorias e definições que dela derivam. Conforme aponta Michel Foucault (2008, p. 206), “A ciência (ou o que se passa por tal) localiza-se em um campo de saber e tem nele um papel, que varia conforme as diferentes formações discursivas”. Do mesmo modo, os saberes construídos sobre as mulheres são elaborados pelos homens, que constroem as próprias noções de feminilidade conforme seus interesses e conveniências (KEHL, 2016).

Para Maria Rita Kehl (2016, p. 38) a construção da feminilidade ocorreu a partir da “produção de uma posição feminina que sustentasse a virilidade do homem burguês”. Com isso, as práticas discursivas que passaram a configurar o *dever ser* mulher englobaram a assimilação de que o feminino se produz pela negação do masculino, e os atributos que configuram o ser homem não poderiam estar associados a essa fragilidade produzida sobre os corpos das mulheres.

Como conceito de feminilidade, a autora o define pela produção de um

Conjunto de atributos próprios a todas as mulheres, em função de particularidades de seus corpos e de sua capacidade procriadora; a partir daí, atribui-se às mulheres um pendor definido para ocupar um único lugar social – a família e o espaço doméstico -, a partir do qual se traça um único destino para todas: a maternidade. (KEHL, 2016, p. 40).

Similarmente, as descobertas advindas do conhecimento científico passaram a se sustentar em valores misóginos, que projetavam sobre o corpo feminino

dimensões antagônicas e complementares. De um lado, articulavam-se discursos de demonização e pecado; de outro, promovia-se a infantilização da mulher e a construção de um corpo maternal — um corpo que, segundo essa lógica, somente alcançaria sua finalidade plena por meio da maternidade.

A medicina traduzia então as suas poucas descobertas sobre a natureza feminina em juízos fortemente misóginos e desconfiados em relação às funções do corpo da mulher. Na tentativa de isolar os fins ao qual a natureza feminina deveria obedecer, os médicos reforçavam tão somente a ideia de que o estatuto biológico da mulher (parir e procriar) estaria ligado a um outro, moral e metafísico: ser mãe, frágil e submissa, ter bons sentimentos, etc. (DEL PRIORI, 2012, p. 83).

Ao lado do estereótipo construído sobre as mulheres e suas funções, identifica-se, no espaço privado, o lugar de reprodução da força de trabalho — um lócus de aprendizado moral que, associado às dimensões do feminino como cuidado e submissão, sustenta os valores vigentes em cada período histórico. Maria Rita Kehl (2016, p. 38) ressalta que “a adequação das mulheres a essas funções foi fruto de uma enorme produção discursiva”.

Confinada ao âmbito doméstico, a mulher passa a dispor de menor prestígio e poder na sociedade, uma vez que o domínio público fica integralmente reservado aos homens. Rosi Marie Muraro (2004) observa que essa dicotomia entre o público e o privado gerou formas de subordinação das mulheres em relação aos homens, sobretudo devido à subordinação econômica, a qual repercute em diversas outras dimensões da experiência feminina.

A noção de esferas separadas procurou ser, ao mesmo tempo, uma interpretação da sociedade e uma prescrição moral sobre a divisão sexual do trabalho desejável, na medida em que era vista como funcional à reprodução ou ao equilíbrio do sistema social. (SORJ, 2013, p. 04).

Nesse sentido, é importante destacar que a esfera cotidiana das relações é atravessada por valores morais, que são fomentados e assimilados em cada período histórico, manifestando-se por meio de mecanismos ideológicos, como o discurso. Michel Foucault (2008, p. 208) observa que “poucos discursos deram tanto lugar à ideologia quanto o discurso clínico ou o da economia política”. É justamente a conjugação desses discursos que produz e sustenta os valores, normas e definições sociais de cada época.

Os mecanismos ideológicos se difundem por meio de práticas discursivas responsáveis por instituir o que é considerado aceitável, o que é tido como normal e, também, aquilo que foge à normalização. A partir dessa perspectiva, são construídos os comportamentos esperados para cada indivíduo, considerando seu gênero e as relações a ele vinculadas, pois ser homem ou ser mulher implica a adoção de condutas socialmente determinadas.

FEMINISMOS, GÊNERO E RELAÇÕES DE GÊNERO NA CONTEMPORANEIDADE

O feminismo, enquanto movimento social, político e acadêmico, contribuiu significativamente para o desvelamento das relações opressivas que envolvem gênero e sexualidade, especialmente a partir da premissa de que “o pessoal é político” (STANLEY e WISE, 1983; GARCIA, 2011). De igual modo, o feminismo destacou o reconhecimento de que as relações de poder historicamente privilegiaram os homens, visto que a história da humanidade tem sido narrada sob uma perspectiva androcêntrica, tomando o homem como modelo do humano.

[...] as feministas denunciam que a experiência masculina tem sido privilegiada ao longo da história, enquanto a feminina, negligenciada e desvalorizada. Elas demonstram, ainda, que o poder foi – e ainda é – predominantemente masculino, e seu objetivo original, foi a dominação das mulheres, especialmente de seus corpos (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 648).

O feminismo tem como objetivo romper com a premissa de que as relações entre os sexos — especialmente aquelas que impõem uma carga de opressão ao feminino — constituem um dado natural e imutável. Nesse sentido, o conceito de gênero foi desenvolvido ao longo do século XX como uma categoria analítica para compreender as diferenças socialmente produzidas entre os sexos.

Os estudos acerca do que hoje denominamos gênero, não faziam inicialmente uso dessa nomenclatura. Isso pode ser observado nas obras das primeiras militantes feministas, como Olympe de Gouges e Mary Wollstonecraft, que atuaram no contexto da Revolução Francesa. Apesar da promulgação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, as reivindicações por igualdade entre os sexos — já emergentes naquele período histórico — não foram plenamente contempladas.

Olympe denunciava que a revolução havia negado direitos políticos a elas [mulheres] e, portanto, que os revolucionários mentiam quando falavam de princípios universais como liberdade e igualdade mas não toleravam mulheres livres e iguais. (GARCIA, 2011, p. 43).

Mesmo aquelas e aqueles considerados progressistas, por defenderem que as mulheres deveriam usufruir dos mesmos direitos que os homens, faziam-no sob um viés naturalista. Isso pode ser exemplificado no documento publicado em 1790 por Condorcet, intitulado *Sobre a admissão das mulheres ao direito de cidadania*, no qual questionava: “[...] porque os seres expostos a gestações e a indisposições passageiras não poderiam exercer direitos dos quais nunca se pensou privar aos seres que têm gota todos os invernos ou que resfriam facilmente?” (MARTINO; BRUZZESE, apud GARCIA, 2011, p. 48).

As publicações *Declaração dos Direitos das Mulheres e Cidadãs*, de Olympe de Gouges, e *Reivindicação dos Direitos das Mulheres*, de Mary Wollstonecraft, são consideradas as bases do feminismo moderno (GARCIA, 2011). Embora não tenham sido as primeiras a problematizar a condição feminina, essas autoras trouxeram uma inovação teórica ao suscitar reflexões sobre o contexto social das mulheres e a opressão vivida, compreendida como fruto da aprendizagem social — tema que mais tarde foi aprofundado no clássico livro de Simone de Beauvoir, *O Segundo Sexo*.

Para Joan Scott (1995), os estudos sobre gênero representam “[...] uma história da recusa da construção hierárquica da relação entre masculino e feminino, em seus contextos específicos, e uma tentativa para reverter ou deslocar suas operações” (SCOTT, 1995, p. 84). Nesse sentido, apresentam-se algumas considerações acerca dessa recusa à hierarquização entre masculino e feminino, demonstrando as contribuições do movimento feminista tanto em sua dimensão histórica quanto em suas possibilidades contemporâneas.

Quanto ao gênero enquanto categoria de análise, compreende-se que seus estudos não são homogêneos nem lineares, pois englobam perspectivas interpretativas da realidade em permanente disputa. A categoria gênero ganhou evidência ao ser compreendida como construção social, especialmente a partir de estudos que focam nas relações entre as diferenças sexuais produzidas pelo binarismo

feminino/masculino, entendendo-as como relações de poder, produto da história e da realidade vivida, as quais conferem papéis a homens e mulheres.

Sobre o significado do termo gênero, Nicholson (1999, p. 54) afirma que ele “[...] tem suas raízes na junção de duas ideias importantes do pensamento ocidental moderno: a da base material da identidade e da construção social do caráter humano”. Isso porque as identidades, sejam individuais ou coletivas, são produzidas a partir da construção social da realidade.

Na produção clássica do feminismo, havia uma dissociação entre sexo e gênero, pois, enquanto algumas feministas trabalhavam com a ideia de que o gênero é construído sobre um corpo sexuado e já determinado pela natureza, teóricas e teóricos do feminismo contemporâneo compartilham a percepção de que o sexo também é construído, à medida que sobre o corpo são depositadas expectativas sociais. Especialmente porque, “[...] se o próprio corpo é sempre visto através de uma interpretação social, então o sexo não pode ser independente do gênero” (NICHOLSON, 1999, p. 54).

Sob a perspectiva de que a realidade é uma construção social (BERGER; LUCKMANN, 1999), tal construção — especialmente em relação a gênero e sexo — antecede o nascimento, à medida que toda pessoa já nasce inserida em uma cultura, com seus traços particulares e sua produção sobre o que é o sexo e o que é o gênero, além de expectativas construídas sobre sua existência.

Observa-se ainda que, no que concerne ao feminismo e aos sujeitos de seus discursos, lutas e reivindicações, não há homogeneidade, mas uma pluralidade de pontos de vista que podem tanto se contrapor quanto se complementar. Frente a essa heterogeneidade, Judith Butler (2013) questiona: quem são os sujeitos do feminismo? Indagação que também propicia reflexões acerca da categoria mulher, pois o uso de “mulheres” no plural foi incorporado recentemente nos estudos feministas. Para Maria Rita Kehl (2016), o termo Mulher (por sua construção sócio-histórica) precede a existência pessoal de cada mulher.

Quanto aos diferentes momentos que caracterizam o movimento feminista, é importante situá-los para compreender o gênero na contemporaneidade, dado que ele é fruto de intensos debates internos ao movimento. Apresenta-se, a seguir, uma síntese desses três momentos distintos. Na bibliografia sobre o tema

(ALVES e PITANGUY, 2007; NICHOLSON, 1999; SCOTT, 1995; SAFFIOTI, 2004; GARCIA, 2011, entre outras) encontram-se terminologias diversas, como etapas, ondas ou fases.

O primeiro momento do feminismo é identificado como estruturalista, com estudos centrados na problematização do patriarcado. Nesse período, não se utilizava o termo gênero, mas sim mulher, buscando-se elucidar as formas de subordinação dessa na sociedade.

Livros, artigos e seminários fazem constar de seus títulos o termo mulher e pretendem, principalmente, preencher lacunas do conhecimento sobre a situação das mulheres nas mais variadas esferas da vida e ressaltar/denunciar a posição de exploração/subordinação/opressão a que estavam submetidas. (HEILBORN; SORJ, 2013, p. 186).

Sob essa categorização, enquadraram-se as feministas consideradas radicais. Nesse contexto, as reivindicações das mulheres concentravam-se na luta pelo direito à educação, ao trabalho, aos direitos matrimoniais e ao voto, bem como na abolição da prostituição. Pode-se afirmar que, nesse período, o horizonte ético-político do movimento feminista consistia na busca pelo igualitarismo e pela emancipação da mulher, tanto em suas dimensões jurídica quanto econômica (GARCIA, 2011).

Um segundo momento do feminismo é identificado a partir das décadas de 1960 e 1970, marcado pela incorporação da categoria gênero, com o objetivo de evidenciar a perspectiva relacional entre homens e mulheres. Maria Luiza Heilborn e Bila Sorj (2013, p. 186), ao analisarem os estudos sobre gênero, ressaltam que houve uma “[...] gradativa substituição do termo mulher, uma categoria empírica/descritiva, pelo termo gênero, uma categoria analítica, como identificador de uma determinada área de estudos”.

Nesse contexto, o termo gênero passou a ser utilizado para romper com o essencialismo e o determinismo biológico, uma vez que sua aplicação nas ciências sociais pressupõe que “[...] qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o outro [...]” (SCOTT, 1995, p. 75).

Assim, inicia-se a problematização das relações de gênero, considerando que a realidade social em que as mulheres estão inseridas não pode ser disso-

ciada daquela dos homens. A partir dessa constatação, passaram a ser realizados estudos comparativos sobre as condições de vida de mulheres e homens, visando identificar e analisar a gênese das diferenças existentes.

Por meio de um enfoque relacional, os estudos de gênero promoveram um avanço analítico significativo, pois, ao investigar os homens sob a perspectiva de gênero, foi possível estabelecer “[...] uma abordagem que focaliza a estrutura social mais do que os indivíduos e seus papéis sociais” (HEILBORN; SORJ, 2013, p. 186).

O terceiro momento, também chamado de pós-estruturalista, caracteriza-se por análises que ampliam a compreensão do sexo como um construto social, e não como algo determinado pela biologia, identificando o binarismo entre homens e mulheres como um produto da heterossexualidade compulsória. Suas reflexões concentram-se em dimensões simbólicas e nas microrrelações de poder, em contraposição ao enfoque patriarcal clássico.

Para Judith Butler (2013, p. 20), “[...] resulta que se tornou impossível separar a noção de ‘gênero’ das intersecções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida”. A partir desse entendimento, o gênero não pode ser reduzido a um par fixo, mas deve ser visto como um fenômeno performativo em constante construção e em múltiplas possibilidades de expressão.

Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra, de um sexo desta ou daquela maneira. Levada ao seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de “homens” aplique-se exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo “mulheres” interprete somente corpos femininos. (BUTLER, 2013, p. 24).

Do mesmo modo que a história do movimento feminista pode ser dividida em momentos distintos, também se identificam, em suas manifestações contemporâneas, diferentes formas de conceber o próprio movimento. Como ressalta Piscitelli (2008, p. 263), “o pensamento feminista, expressão de ideias que resultam da interação entre desenvolvimentos teóricos e práticas políticas, está longe de constituir um todo unificado”, o que possibilita a utilização do termo no plural, referindo-se aos feminismos possíveis.

No que concerne às contribuições do feminismo, especialmente do feminismo interseccional, defende-se que, diferentemente da igualdade formal — que pressupõe, a priori, que todas as pessoas são iguais perante a lei —, a realidade social é marcada por inúmeras desigualdades e diferenças concretas entre indivíduos, decorrentes de fatores como classe social, raça, etnia, gênero, orientação sexual, entre outros.

A ficção do indivíduo abstrato, desincorporado é uma grande virtude da teoria democrática liberal; foi feita para garantir a igualdade completa perante a lei. Na sociedade, entretanto, os indivíduos não são iguais; sua desigualdade repousa em diferenças presumidas entre eles, diferenças que não são singularmente individualizadas, mas tomadas como sendo categóricas. (SCOTT, 1999, p. 31).

Entretanto, ao mesmo tempo em que é necessário reconhecer as diferenças e compreender como estas se processam no tempo presente para propor condições reais de igualdade entre homens e mulheres, é fundamental refletir sobre quais diferenças são silenciadas e quais são supervalorizadas em um contexto de dominação masculina. Isso porque, no caso das mulheres, o reconhecimento das diferenças também foi utilizado de maneira perversa, como no exemplo da maternidade, que “[...] foi frequentemente oferecida como a explicação para a exclusão das mulheres na política” (SCOTT, 2005, p. 26). Assim, a maternidade pode ser compreendida como um indicador de diferença, já que nem todas as mulheres são mães ou desejam sê-lo, o que evidencia a pluralidade de experiências femininas.

Além disso, mesmo entre mulheres ou pessoas que compartilham uma identidade de gênero feminina, não existe homogeneidade, visto que as opressões tendem a se agravar em decorrência de outras dimensões, como etnia, classe social, orientação sexual, aspectos religiosos, nível de instrução, entre outros.

Um exemplo é que

Uma mulher tende a ser oprimida não só em razão de seu gênero mas em razão de sua raça, de seu status socioeconômico, de sua idade, de sua aparência, de sua orientação sexual, de seu estado civil, de sua filiação religiosa, de seu nível de escolarização, do número de filhos que possui, entre outros. (GROSSI; AGUINSKY, 2001, p. 25-26).

Pierre Bourdieu (2012), em seu livro *A Dominação Masculina*, oferece uma importante grade de leitura para os estudos sobre as relações de gênero ao criticar análises que se concentram exclusivamente nas dimensões simbólicas. Ele destaca que “[...] será, portanto, necessário buscar em uma análise materialista da economia os meios de escapar da ruínosa alternativa entre o material e o espiritual” (2012, p. 09). Somente dessa forma será possível alcançar o “[...] conhecimento das estruturas objetivas e das estruturas cognitivas de uma sociedade androcêntrica particularmente bem conservada” (BOURDIEU, 2012, p. 5).

Assim, para compreender as relações sociais de gênero tal como se manifestam na vida cotidiana, é imprescindível reconhecer a interface entre as dimensões estruturais e simbólicas. Embora a princípio possam parecer antagônicas, ao desvelar a “[...] socialização do biológico e a biologização do social” (BOURDIEU, 2012, p. 09), essas dimensões assumem uma relação de complementariedade.

Acerca do processo de dominação masculina em sua dimensão discursiva, Pierre Bourdieu (2012) reconhece que as relações de poder convergem à

[...] concordância entre as estruturas objetivas e as estruturas cognitivas, entre a conformação do ser e as formas do conhecer, entre o curso do mundo e as expectativas a esse respeito, que torna possível esta referência ao mundo. [...] Essa experiência apreende o mundo social e suas arbitrárias divisões, a começar pela divisão socialmente construída entre os sexos, como naturais, evidentes, e adquire, assim, todo um reconhecimento de legitimação. (BOURDIEU, 2012, p. 17, grifos nossos).

Pierre Bourdieu (2012) sustenta que as relações de dominação estão estruturadas a partir da conformação de um *habitus*, noção que engloba uma “[...] objetividade da experiência subjetiva das relações de dominação” (BOURDIEU, 2012, p. 46). Compreende-se o *habitus* como um mecanismo que revela a intersecção entre a estrutura social e os valores culturais (re)produzidos em cada sociedade, os quais são assimilados por mulheres e homens em sua vida cotidiana.

Ao abordar a dominação masculina, Bourdieu (2012) identifica a produção social de um *habitus* viril, em relação ao qual o feminino assume uma dimensão excludente. Por outro lado, quando mulheres assumem posições ou dimensões distintas daquelas que conformariam um *habitus* feminino, inaugura-se um processo de virilização — ou seja, a introdução das mulheres ao mundo masculino,

marcado pela dominação, no qual o feminino tende à desvalorização e subjugação. Além disso, o reconhecimento do feminino passa pela adesão ao masculino, configurando um processo de masculinização do feminino como condição necessária para seu reconhecimento social.

Para desvendar as relações de gênero no contexto societário atual, é imprescindível a complementaridade de categorias associadas à perspectiva estruturalista — que reconhecem a formação e reprodução do patriarcado — e de abordagens que compreendam como os valores dominantes são incorporados nas esferas cotidianas das relações sociais, manifestando-se no habitus (BOURDIEU, 2012) e nas práticas discursivas (FOUCAULT, 2008) dos agentes sociais, produzindo aquilo que Judith Butler (2013) denomina performances de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexidade das opressões vividas na contemporaneidade exige um olhar que ultrapasse categorias fixas e homogêneas. No interior do próprio movimento feminista, essa crítica tem sido amplamente discutida, sobretudo pelos feminismos interseccionais, os quais problematizam a ideia de uma identidade unificada da mulher e denunciam os limites de discursos universalizantes. Como afirma Judith Butler (2013), a suposição de que o termo “mulheres” denote uma identidade comum pode gerar apagamentos e exclusões, inviabilizando o reconhecimento de experiências diversas.

Dessa forma, conclui-se que uma análise crítica e reflexiva deve considerar tanto os fundamentos estruturais do patriarcado quanto as expressões contemporâneas das formas de opressão e resistência. A articulação entre feminismos plurais, gênero e interseccionalidade se apresenta como caminho ético-político para a construção de práticas emancipatórias, capazes de enfrentar as desigualdades e de afirmar o direito à diferença, sem que ela se converta em desigualdade. O desafio é, portanto, sustentar uma crítica social que reconheça a diversidade dos sujeitos e suas expressões, ao mesmo tempo em que confronte as estruturas e discursos que sustentam a dominação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Miriam; PITANGUY, Jacqueline (org.). **Feminismos: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora XYZ, 2007.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. São Paulo: Editora XYZ, 2012.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora XYZ, 2013.

COLARES, Leni. **Sociedade de Mulheres na Prisão: Disciplinaridades, Rebeliões e Subjetividades**. 2011. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

DEL PRIORI, Mary. Magia e Medicina na Colônia. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2012.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Tradução de Leandro Konder. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**, Volume 3. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

FONSECA, Claudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**. Volume 1: a vontade de saber. Rio de Janeiro: GRAAL, 1998.

GARCIA, Carla Cristina. **História do feminismo**. São Paulo: Editora XYZ, 2011.

GROSSI, Miriam P.; AGUINSKY, Beatriz G. Por uma nova ótica e uma nova ética na abordagem da violência contra mulheres nas relações conjugais. In: **Violências de gênero: coisas que a gente não gostaria de saber**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. Gênero e desigualdades sociais. In: **Desigualdades sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora XYZ, 2013, p. 180-200.

KEHL, Maria Rita. **Mulheres e identidade: perspectivas contemporâneas**. São Paulo: Editora XYZ, 2016.

MURARO, Rose Marie. Breve introdução histórica. In: KRAMMER, Heinrich; SPRENGER, James. **O martelo das feiticeiras**. 17. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2004.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudos**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647–654, set./dez. 2006.

NICHOLSON, Linda. The politics of gender. In: **Feminism/postmodernism**. New York: Routledge, 1999, p. 50-65.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

PISCITELLI, Adriana. Diversidade e pluralidade do feminismo contemporâneo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 260-275, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Feminismo e questão feminina**. São Paulo: Editora XYZ, 2004.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Rio de Janeiro: Editora XYZ, 1995.

SCOTT, Joan Wallach. O problema da diferença: identidade, diversidade e a política da diferença. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 20-34, 2005.

SORJ, Bila. Arenas de cuidado nas interseções entre gênero e classe social no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 149, p. 478-491, maio/ago. 2013.

STANLEY, Liz; WISE, Sue. **Feminist Consciousness and Feminist Research**. London: Routledge & Kegan Paul, 1983.